

PLANO DE ENSINO					
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
Nome da disciplina	DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS NOS SISTEMAS CONTEMPORÂNEOS DE JUSTIÇA				
Curso	PPGD – Mestrado em Direito				
Ano / Trimestre	2020 / 3	Horas-aula	30	Créditos	2
Dias e Horários	Dias: 3/10, 17/10, 31/10, 7/11, 21/11, 5/12 Horário: das 8 às 12h				
Professor	Dr. Roberto da Freiria Estevão lattes - http://lattes.cnpq.br/4733327632656696				
Contato	e-mail: roberto_freiria@terra.com.br				
EMENTA					
Construção histórica dos direitos humanos e fundamentais. Concepções e características dos direitos humanos e fundamentais. Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. Direitos humanos e fundamentais no STF. Direitos humanos e fundamentais nos diferentes sistemas contemporâneos de justiça. Direitos humanos e fundamentais na era digital.					
OBJETIVOS					
Gerais	Realizar reflexões sobre a construção dos direitos humanos e fundamentais e estudar as posturas históricas Cortes Supremas, numa visão teórica e prática presente nos diferentes sistemas contemporâneos de justiça.				
Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar a construção dos direitos humanos e fundamentais, suas concepções e características; - Analisar alguns tratados internacionais de proteção dos direitos humanos; - Pesquisar historicamente as Cortes Supremas do Brasil e da Argentina nos regimes de autocracia e democracia; - Realizar reflexões a respeito de decisões de diferentes Cortes Supremas em matéria de direitos humanos e fundamentais, nos diferentes sistemas contemporâneos de justiça. 				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ul style="list-style-type: none"> • A construção histórica dos direitos humanos/fundamentais • As concepções e as características dos direitos humanos/fundamentais • A interpretação dos direitos humanos/fundamentais: metodologias e escolas • Tratados internacionais de proteção aos direitos humanos e aplicação nos sistemas contemporâneos de justiça • Colisão de direitos humanos/fundamentais e os métodos de solução • O Supremo Tribunal Federal e a Corte Suprema de Justicia de la Nación, da Argentina: abordagem histórica 					

<ul style="list-style-type: none"> Direitos humanos/fundamentais na ditadura e pós-ditadura: estudos de casos julgados pelo STF e pela CSJN Os direitos humanos/fundamentais na era digital 	
AVALIAÇÃO	
Instrumentos de avaliação	<p>A avaliação será realizada por meio de contínuo acompanhamento da aprendizagem dos discentes, com a seguinte composição:</p> <ul style="list-style-type: none"> - frequência: 1,0 (um ponto) - participação: 1,0 (um ponto) - apresentação de seminários: 1,0 (um ponto) - produção de artigo final da disciplina: 7,0 (sete pontos) – prazo para apresentação: 30 dias depois da última aula, a ser remetido no e-mail do docente.
Critérios para aprovação	<p>Tendo em vista o que dispõe o Regimento do Programa Pós-graduação em Direito do UNIVEM e a legislação federal em vigor, apenas obterá aprovação o aluno que:</p> <ul style="list-style-type: none"> obtiver nota final 7 (sete) ou superior, decorrente das avaliações regulares da disciplina, na forma estabelecida neste plano de ensino; e comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas. <p>No cálculo da nota final será atribuída nota 0 (zero), no item específico e dentro do peso previsto neste plano de ensino, ao aluno que não comparecer às atividades sob sua responsabilidade ou não apresentar os trabalhos na forma e nos prazos estabelecidos.</p>
FONTES	
Básicas	<p>ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva da 5. ed. alemã. São Paulo: Malheiros, 2008.</p> <p>ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación – CSJN. Buenos Aires/Argentina: CSJN, Fallos de la Corte Suprema de Justicia de la Nacion. Site oficial. http://www.csjn.gov.ar/</p> <p>BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Brasília: Site Oficial. http://stf.jus.br/</p> <p>MAGRANI, Eduardo. Entre dados e robôs - ética e privacidade na era da hiperconectividade. Porto Alegre: Arquipélogo Editorial, 2019.</p> <p>PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Inteligência artificial e direito: convergência ética e estratégica. Curitiba: Alteridade, 2020.</p> <p>PEIXOTO, Fabiano Hartmann; MARTINS DA SILVA, Roberta Zumblick. Inteligência artificial e Direito. Curitiba: Alteridade, 2019.</p> <p>PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. 7ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2014.</p> <p>REIS, Paulo Victor Alfeo. Algoritmos e o Direito. São Paulo: Almedina, 2020.</p> <p>RENE, David. Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo - Col. Justiça e Direito - 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.</p> <p>SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10ª. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.</p>

	VIEIRA, Oscar Vilhena. Direitos fundamentais - uma leitura da jurisprudência do STF . São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
Complementares	<p>ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Tradução de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.</p> <p>ANDREUCCI, Ana Cláudia Pompeo Torezan et al. (org). Direitos humanos. Perspectivas e reflexões para o século XXI. São Paulo, LTr. 2014.</p> <p>AZEVEDO, Plauto Faraco de. Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989.</p> <p>BALEEIRO, Aliomar. O Supremo Tribunal Federal, esse desconhecido. Rio de Janeiro: Forense, 1968.</p> <p>BARROS, Sebastián. Violencia de Estado e identidades políticas. Argentina durante el Proceso de Reorganización Militar (1976 –1983). In: <i>Amnis</i>, nº 3, 2003. Disponível em: http://www.amnis.revues.org/454. Acesso em: 15 jun. 2016.</p> <p>BAUER, Caroline Silveira. Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países. Tese de doutoramento - Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universitat de Barcelona. Porto Alegre/Barcelona: 2011.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Dal fascismo alla democrazia: i regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche, 3ª edição. Milano: Baldini & Castoldi, 2014.</p> <p>BOCHENEK, Antônio César. A interação entre tribunais e democracia por meio do acesso aos direitos e à justiça: análise de experiências dos juizados especiais federais cíveis brasileiros. Brasília: Conselho da Justiça Federal - CJF, 2013.</p> <p>CAMPOS, Germán José Bidart. La Corte Suprema. Buenos Aires: Edición Allende y Brea, 1982.</p> <p>CARVALHO, Maria Cristina Neiva (coord.) Sistemas de Justiça e Direitos Humanos: Relações Interdisciplinares. Curitiba, Juruá, 2012.</p> <p>DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 2ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.</p> <p>ESTEVAO, Roberto da Freiria. A retórica no Direito - a lógica da argumentação jurídica e o uso da retórica na interpretação. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010.</p> <p>ESTEVAO, Roberto da Freiria. Direitos humanos no Cone Sul (Brasil e Argentina): a herança das ditaduras e a construção do estado democrático de direito na perspectiva do direito penal. Tese de doutorado. UNESP – Campus de Marília – Faculdade de Filosofia e Ciências – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Acesso no site: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150849/estevao_rf_me_mar_sub.pdf?sequence=3&isAllowed=y</p> <p>ESTEVAO, Roberto da Freiria; XAVIER, Karoline Rodrigues. A execução provisória da pena em face da situação carcerária no Brasil: instrumento ou obstáculo à paz? In Coleção Direito e Paz - resumos expandidos, vol. I. Curitiba: Instituto Memória Editora - Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2016, pp. 30-38.</p> <p>FERNANDES, Camila Vicenci. Leis de Anistia: Aspectos teóricos e as experiências da Argentina, Uruguai e Brasil. In: <i>Âmbito Jurídico</i>, Rio Grande, XIII, n. 75, abr 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7637&revista_caderno=19. Acesso em: 15 jun. 2016.</p>

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Crimes da ditadura militar**. Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. São Paulo: Revista dos Tribunais 2011.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **O princípio da presunção de inocência na Constituição de 1988 e na Convenção Americana sobre direitos humanos (Pacto de São José da Costa Rica)**. Revista do Advogado, São Paulo, n. 42. abr. 1994.

KOLM, Serge-Christophe. **Teorias Modernas da Justiça**. Trad. Jefferson Luiz Camargo e Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

LINS E SILVA, Evandro. **O salão dos passos perdidos**. Depoimento ao CPDOC. [Entrevistas e notas: Marly Silva da Motta, Verena Alberti; Edição de texto Dora Rocha]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. **Nos bastidores do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese, Doutorado em História – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Tese de doutorado em Direito. Florianópolis: UFSC, 1997.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERELMAN, Chaïn. **Ética e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. **Leis de anistia face ao direito internacional: “desaparecimentos” e “direito à Verdade”**. In: PIOVESAN, Flávia (org). Direitos humanos, globalização econômica e integração Regional: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002, pp. 285-306.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 2ª ed. São Paulo, Max Limonad, 487p. 1997.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Lisboa: Presença, 1993

RECONDO, Felipe. **Tanques e togas**. O STF e a ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REGO, Werson (coord). **Segurança jurídica e o protagonismo judicial**. Desafios em tempos de incertezas. Estudos jurídicos em homenagem ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2017.

ROXIN, Claus. **Teórico do domínio do fato repreende STF**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/11/1183721-participacao-no-comando-de-esquema-tem-de-ser-provada-diz-jurista.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2012.

SADEK, Maria Tereza. **Supremo sem política é ilusão**. Entrevista. Jornal “O Estado de S. Paulo”, São Paulo, ed. de 22 de agosto de 2016, caderno A, p. A7.

SANTOS, Ivanaldo. POZZOLI, Lafayette. **Direitos Humanos e Fundamentais e Doutrina Social**. Birigui, SP: Boreal, 2012.

SANTOS, Marcelo Paiva dos. **A história não contada do Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.

	<p>TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. 4ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.</p> <p>VALE, Osvaldo Trigueiro do. O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública - Fundação Getúlio Vargas, 1975</p> <p>VALÉRIO, Otávio L. S. A toga e a farda: o Supremo Tribunal Federal e o Regime Militar (1964-1969). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.</p> <p>VEDIA, Fernando N. Barrancos Y. La Corte Suprema De Justicia En La Historia Constitucional Argentina. In: Anales de la Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas. Buenos Aires, tomo 28, 1999, pp. 201-230.</p>		
CRONOGRAMA			
Data	Conteúdos	Objetivos	Estratégias
03/10	<p>A) Apresentação da disciplina e do plano de ensino;</p> <p>B) A construção histórica dos direitos humanos/fundamentais;</p> <p>C) Análise de caso prático a respeito da temática da aula.</p>	<p>Apresentar o plano de ensino;</p> <p>Realizar o diagnóstico do grupo e a interação inicial dos alunos; Apresentar aos alunos uma visão panorâmica dos conteúdos da disciplina;</p> <p>Propiciar aos discentes domínios a respeito da construção história dos direitos humanos e fundamentais.</p> <p>Analisar caso prático envolvendo o desenvolvimento histórico dos direitos humanos/fundamentais.</p>	<p>Presencial: participação na aula expositiva, na mesa redonda e no seminário.</p>
			<p>Extraclasse: leitura de texto que será previamente disponibilizado aos discentes.</p>
17/10	<p>A) As concepções e as características dos direitos humanos/fundamentais;</p> <p>B) A interpretação dos direitos humanos/fundamentais: metodologias e escolas;</p> <p>C) Análise de caso prático a respeito dos temas objetos de estudo na aula.</p>	<p>Trabalhar os conteúdos teóricos e e desenvolver as competências e habilidades necessárias ao conhecimento das concepções existentes e das características dos direitos humanos/fundamentais, bem como a respeito da interpretação desses direitos.</p> <p>Analisar caso prático envolvendo características e interpretação dos direitos humanos/fundamentais</p>	<p>Presencial: participação na aula expositiva, na mesa redonda e no seminário.</p>
			<p>Extraclasse: leitura de texto que será previamente disponibilizado aos discentes.</p>
31/10	<p>A) Tratados internacionais de proteção aos direitos humanos e aplicação nos sistemas contemporâneos de justiça;</p> <p>B) Análise de caso prático a respeito da temática da aula.</p>	<p>Trabalhar os conteúdos teóricos e desenvolver as competências e habilidades necessárias ao conhecimento dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos e como são aplicados nos sistemas contemporâneos de Justiça.</p> <p>Analisar caso prático envolvendo a aplicação de tratado internacional de proteção aos direitos humanos</p>	<p>Presencial: participação na aula expositiva, na mesa redonda e no seminário.</p>
			<p>Extraclasse: leitura de texto que será previamente disponibilizado aos discentes.</p>

7/11	A) Colisão de direitos humanos / fundamentais e os métodos de solução; B) Análise de caso prático a respeito da temática da aula.	Trabalhar os conteúdos teóricos e desenvolver as competências e habilidades necessárias ao conhecimento a respeito da colisão de direitos humanos / fundamentais e dos métodos para serem solucionados. Analisar caso prático envolvendo a solução da colisão de direitos humanos e fundamentais.	Presencial: participação na aula expositiva, na mesa redonda e no seminário.
			Extraclasse: leitura de texto que será previamente disponibilizado aos discentes.
21/11	A) O Supremo Tribunal Federal e a Corte Suprema de Justicia de la Nación, da Argentina: abordagem histórica; B) Direitos humanos / fundamentais na ditadura e pós-ditadura: estudos de casos julgados pelo STF e pela CSJN.	Trabalhar os conteúdos teóricos e desenvolver as competências e habilidades necessárias ao conhecimento das Cortes Supremas do Brasil e da Argentina, bem como a movimentação histórica que ambas tiveram na ditadura e na pós ditadura a respeito dos direitos humanos / fundamentais. Analisar casos práticos julgados pelas duas Cortes Supremas na ditadura e na pós-ditadura, a respeito dos direitos humanos / fundamentais.	Presencial: participação na aula expositiva, na mesa redonda e no seminário.
			Extraclasse: leitura de texto que será previamente disponibilizado aos discentes.
5/12	A) Os direitos humanos / fundamentais na era digital; B) Análise de caso prático a respeito da temática da aula.	Trabalhar os conteúdos teóricos e desenvolver as competências e habilidades necessárias ao conhecimento a respeito da relação que existe entre os direitos humanos / fundamentais e as novas tecnologias presentes na era digital. Analisar casos práticos julgados em diferentes Estados (Brasil, EUA e Europa) a respeito dos direitos humanos / fundamentais na era tecnológica.	Presencial: participação na aula expositiva, na mesa redonda e no seminário.
			Extraclasse: leitura de texto que será previamente disponibilizado aos discentes.
5/1/21	Entrega do artigo para avaliação, relacionado com temas estudados na disciplina. A entrega se dará via e-mail do docente.	Avaliar o aprendizado e o domínio pelos alunos dos conteúdos trabalhados na disciplina.	Os arquivos anexados aos e-mails, contendo os artigos, deverão: - estar em arquivo word (docx) e digitado seguindo as normas da ABNT; - conter as seguintes informações: disciplina, instituição, ano – quadrimestre, nome do aluno. Os artigos deverão ser enviados por e-mail até as 18 horas.